

Quando se discorre sobre o *home office* e as respectivas implicações nas relações de trabalho, é preciso admitir que a pandemia da Covid-19 foi a responsável pela aceleração desse novo modal, exatamente pelo fato de que, naquela época, o distanciamento social fosse inevitável, e, então, houve as mais diversas estratégias para que a vida fosse preservada e a economia não colapsasse. Após essa urgência, dois pontos ainda podem ser levantados a respeito do trabalho remoto: a limitação da interação socioprofissional e o aumento significativo da jornada, em especial a das mulheres. Desse modo, é necessário um olhar mais atento à problemática, sob pena de retrocessos irreparáveis à saúde, não apenas dos negócios, como também, e principalmente, dos trabalhadores.

Nesse sentido, ainda que saltem aos olhos as vantagens do *home office*, destaca-se o fato de esse modelo poder levar ao adoecimento social e aos respectivos desdobramentos, entre os quais a misantropia. Com efeito, trabalhar exclusivamente a distância é fechar portas ao convívio social. É certo que a tecnologia tenha um papel cada vez mais significativo nas relações de produção e consumo; contudo, a convivência entre os pares é de todo saudável, é condição sem a qual não se pode falar na interação profissional necessária à boa gestão empresarial, até porque parcerias sólidas são capazes de alavancar negócios. Assim, a jornada híbrida se impõe – nada mais razoável do que a alternância entre o trabalho presencial e o remoto.

Ademais, é preciso pontuar que, muito embora o *home office* tenha oferecido flexibilidade e comodidade para um sem-número de trabalhadores, verifica-se que, em muitos casos, a situação de grande parte das mulheres se agravou, tendo em vista o fato de, em casa, verem-se obrigadas a assumir, simultaneamente, mais de uma frente de trabalho – além do remoto, a faxina, o cuidado com os filhos e, não raramente, com os idosos. A sobrecarga tem levado muitas delas à síndrome de *burnout*, que é o esgotamento físico e mental em decorrência do excesso de trabalho. Contudo, percebe-se que essa exaustão acontece, também, pela falta de uma divisão equitativa das tarefas domésticas entre os cônjuges – logo, esse o problema pode ser resolvido no âmbito familiar.

Portanto, para resolver as implicações em torno do *home office*, são necessárias ações coordenadas das casas legislativas, da iniciativa privada e da sociedade civil. Os legisladores, que são nomeados pelo povo para a defesa de interesses sociais, devem aprovar medidas que regulamentem a modalidade híbrida de trabalho, com mecanismos que, inclusive, coíbam a sobrejornada – fazendo isso, os males daí decorrentes serão evitados. Esse movimento deve ser feito por meio de projetos de lei, com ampla participação da sociedade civil em audiências públicas, para discussão e encaminhamento do projeto final à sanção do chefe do executivo. Os empregadores, por seu turno, devem promover palestras de conscientização e apelos nas mídias digitais, com a atuação de profissionais da saúde mental, cujos esclarecimentos têm significativa credibilidade social, com a finalidade de conciliar, efetivamente, trabalho e vida pessoal.

*Por Gislaine Buosi*

Confira a análise estrutural da dissertação:

Apresentação do assunto, com repertório autoral – contexto da pandemia;

Síntese do primeiro argumento;

Síntese do segundo argumento;

Tese que acena à proposta de intervenção;

Conectivo interparágrafo + Desenvolvimento do primeiro argumento;

Conectivo interparágrafo + Desenvolvimento do segundo argumento;

Conectivo de conclusão + Proposta de intervenção social.